

Assembleia reforçou calendário de mobilização pela aprovação do PCS



Assembleia geral no TRT-SC (Foto: Tina Braga)

Os servidores do Judiciário Federal, reunidos em assembleia geral na 3ª feira passada, no TRT-SC, discutiram o calendário de lutas encaminhado pela 17ª Plenária da Fenajufe, realizada no último final de semana no estado do Maranhão, e que reuniu 300 delegados representantes dos servidores do Judiciário Federal e do MPU de todo o país.

A assembleia aprovou o calendário e anunciou o começo de uma grande mobilização pela aprovação do PCS no estado e no país. “A pressão é para que o Governo inclua os valores ainda no Orçamento de 2012”, defenderam os diretores do SINTRAJUSC.

Calendário: 09/05 :início do processo de mobilização, com foco na Justiça Eleitoral; 17/05: Dia Nacional de Lutas dos servidores públicos federais; 21 a 25: rodada de assembleias nos estados; 26/05: reunião ampliada da Fenajufe; 30/05: greve nacional do Judiciário Federal; 05/07: apagão nos Tribunais Regionais Eleitorais.

É preciso ação já! O Governo Federal mantém a política de reajuste zero para os servidores do Judiciário

Federal. A categoria enfrenta com indignação a resistência do Planalto em abrir negociação para discutir a revisão salarial do funcionalismo federal. Nossa luta é para que a presidente Dilma encaminhe imediatamente ao Congresso uma dotação orçamentária suplementar para 2012 para garantir o PCS, que não foi apreciado no ano passado por não constar na proposta do Orçamento”.

Ontem, depois de cerca de um mês, o PL 6613 foi para a pauta da Comissão de Finanças e Tributação. Desta vez, na sessão na CFT, foi apreciado nosso projeto de revisão salarial da categoria PCS-4; mas o deputado federal Cláudio Putty (PT-PA) pediu vistas ao projeto.

O Governo tem ignorado o artigo constitucional que determina a revisão anual de salários. Continuando esta situação, o Judiciário irá parar neste ano eleitoral.

Precisamos mostrar força e fortalecer o calendário de lutas pela imediata negociação e defesa da revisão salarial. Precisamos fazer forte pressão para vencer a resistência do Governo Dilma, que recusa aumento ainda este ano para os servidores federais.

Vamos barrar a política de reajuste zero anunciada pelo Governo Federal. Vamos dizer não ao congelamento dos salários. Vamos romper esta intransigência que não estabelece um processo de negociação para garantir a aprovação dos projetos.

A presidente Dilma praticou ato ilegal ao excluir a PCS da proposta orçamentária do Judiciário.

Precisamos construir a luta para pressionar que o Governo inclua os valores ainda no Orçamento de 2012.

REUNIÃO SETORIAL NO TRE-SC MARCOU O INÍCIO DA LUTA PELA APROVAÇÃO DO PCS

O dia 9 de maio, data proposta pela Fenajuge para marcar o início do processo de mobilização pela aprovação do PCS dos servidores do Judiciário Federal e MPU, foi marcada em Santa Catarina com uma reunião setorial entre os diretores do SINTRAJUSC, Sérgio Murilo, Cláudia Bettoni e Edson Régis, o Xiru, com os servidores do TRE-SC e do TRT-SC.

O encontro foi um passo inicial para a discussão do calendário de luta proposto pela Fenajuge pela aprovação do PL 6613/09.

A reunião construiu a decisão de reverter o atual quadro de defasagem salarial que se verifica em nossa categoria e a necessidade urgente de uma forte mobilização dos servidores do Judiciário Federal para mudar o quadro de congelamento salarial.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, admitiu, como hipótese, conceder aumento de R\$ 8 bi para o orçamento do judiciário no ano que vem. “Mesmo que seja jogo de cena da ministra, sua reação mostra que nossa



9 de maio: servidores se reuniram no TRE-SC - Foto:Tina Braga

força pode ser intensificada e fazer grande pressão”, orientou o diretor Murilo.

Na 3ª feira, o procurador geral da República, Roberto Gurgel, defendeu em parecer reajuste salarial para os servidores do Judiciário. Essas manifestações demonstram que o Governo já sente a pressão da categoria e que nosso movimento pode pressionar ainda mais. Vamos construir a greve e garantir o PCS.

A mobilização pela aprovação pela revisão salarial anima os servidores públicos federais de SC. “A mobilização é importante para tirar os colegas da inércia, trazê-los para a luta, trocar idéias e buscar informações sobre a situação de nossa categoria”, defendeu Guilherme Meireis, da JE, que participou da reunião no TRE-SC.

SERVIDORES DISTRIBUÍRAM CARTA À POPULAÇÃO NO DIA NACIONAL DE LUTAS PELA APROVAÇÃO DO PCS, NESTE 9 DE MAIO

Quem garante a justiça e as eleições não pode ser injustiçado. Servidores do Judiciário Federal e do MPU, há seis anos sem aumento, lutam por revisão salarial

Florianópolis, 9 de maio de 2012

Prezado(a) usuário(a) da Justiça

Servidores do Judiciário Federal e do MPU realizam nesta data um Dia Nacional de Luta em defesa da aprovação dos projetos que revisam os nossos Planos de Cargos e Salários. Aproveitamos o dia 9 de maio, prazo final para regularização de pendências junto à Justiça Eleitoral, para sensibilizar a população, a cúpula do Judiciário e o governo de quem garante a justiça e as eleições merece ser valorizado. Ressaltamos que desde 2006, quando foi aprovado o nosso último PCS já com uma tabela salarial defasada, estamos sem revisão salarial, acumulando perdas inflacionárias que chegam a 36,08%, até março de 2012, de acordo com o ICV [Índice do Custo de Vida] do Dieese.

Devido a essa defasagem e à falta de uma política salarial efetiva do governo para o funcionalismo público federal, muitos servidores deixam a carreira do MPU e do Judiciário, gerando uma rotatividade que, atualmente, chega a 25% no quadro de pessoal, segundo dados do STF [Supremo Tribunal Federal].

Em 2009, começaram a tramitar no Congresso Nacional os projetos de lei 6.613 e 6.697, que tratam da revisão salarial desses servidores. No entanto, esses PLs estão parados na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputa-

dos há quase dois anos e o governo Dilma, com sua política de reajuste zero, não estabelece um processo de negociação que viabilize a aprovação dos projetos.

O governo diz que não dá para pagar, mas:

- A arrecadação da União, de janeiro a dezembro de 2011 foi 17,35% maior que no mesmo período de 2010.

- A arrecadação do Judiciário para a União, somente em 2010, foi de R\$ 10,238 bilhões.

- O governo tem a receber por meio do Judiciário 896 bilhões, segundo dados de 2011.

Ou seja, se o governo quisesse seria possível negociar um acordo com o STF e com a PGR para aprovar nossa revisão salarial.

Por outro lado, também esbarramos na passividade do ex-presidente do STF, ministro Cezar Peluso, que pouco fez para estabelecer, efetivamente, um canal de interlocução com o governo federal. Esperamos que o novo presidente, ministro Ayres Brito, assuma o protagonismo desse processo e cobre do Palácio do Planalto uma saída para o impasse instalado em relação à revisão dos Planos de Cargos e Salários.

Em todo o país, são cerca de 110 mil servidores no Judiciário e 20 mil no MPU, que esperam contar com a compreensão e o apoio de toda a população nesta luta nacional: Na defesa de um serviço público de qualidade, com valorização dos servidores!

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU e SINTRAJUSC